

## O PARTIDO CAMPONÊS NO PENSAMENTO DE GRAMSCI - POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES.<sup>1</sup>

Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira\*

Antes de tratarmos propriamente do partido camponês, faz-se necessária uma apresentação dos elementos fundamentais do partido político formulados por Gramsci. Uma sensível ênfase nos elementos subjetivos, entre eles a função dirigente do intelectual para a constituição do partido e de seus objetivos será notada no desenvolvimento do nosso trabalho. Para a exata compreensão deste destaque é necessário ter em mente que Gramsci estabelece um importante diálogo com a II Internacional acerca da interpretação economicista da teoria revolucionária. O comunista italiano preocupa-se em demonstrar que o economicismo ao mesmo tempo em que empobrece a filosofia da práxis, justamente por “esquecer” a “tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias” (GRAMSCI, 2001:53, v.3), enfraquece a estratégia revolucionária na medida em que desconsidera a importância dos elementos subjetivos para a transformação social, principalmente nos “Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial” onde “a sociedade tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna” (*idem*, p. 73). Diante das questões apresentadas pelo debate, Gramsci propõe táticas adequadas às diferentes formações sociais, sem deixar de ressaltar a importância da constituição de uma força permanentemente organizada, ou seja, do partido político.

Faz-se necessário reafirmar que não se trata de uma teoria geral de partido, mas especificamente do partido das classes subalternas. Gramsci nos conduz à compreensão das formas pelas quais os grupos subalternos podem e devem construir sua própria visão de

---

\* Mestranda em Ciência Política pelo programa de pós-graduação do IFCH/Unicamp.

<sup>1</sup> Esta pesquisa insere-se em um trabalho de investigação mais abrangente levado a efeito pelo grupo de pesquisa Marxismo e Teoria Política, coordenado pelo Prof. Dr. Álvaro Bianchi. O Grupo desenvolve suas atividades no âmbito do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

mundo, não submissa aos grupos dominantes, e assim entrar no jogo político onde se operam as transformações sociais. Ao utilizar termos como “a consciência popular”, “o subalterno”, “convicções débeis em confronto com as classes dominantes” (cf. GRAMSCI, 2001:106, 110, 119, v.1), nos é apresentada uma teoria dos partidos políticos das classes subalternas e os caminhos para a construção de sua hegemonia.

A função deste partido mais especificamente está relacionada com a organização das classes subalternas com vistas à transformação social radical. Para isto, faz-se necessária a incitação da consciência popular. Neste processo, o partido cumpre o papel de “criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (*idem*, p.18, v.3), isto é, da realização da reforma intelectual e moral. Esta reforma consiste fundamentalmente num novo formato de cultura que deve acompanhar uma nova formação social, ou seja, não pode haver reforma intelectual e moral sem elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico, “o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral” (*idem*). Compreende-se assim que a criação de uma vontade nacional-popular não é um voluntarismo, pois “não são as vontades individuais as que contam, mas aquelas que assumem a forma de ‘fatos’ ao se materializarem como forças vivas nos movimentos das classes, agindo sobre e modificando a realidade antes dada” (BIANCHI, 2006:10). Pode-se dizer que sua materialidade consiste na construção de um movimento real, do qual o partido é o protagonista. Isto nos remete a proposição da filosofia da práxis segundo a qual as crenças populares têm validade de forças materiais (GRAMSCI, *op. cit.*: 53, v.3), ou seja, na construção de uma reforma intelectual e moral, o elemento ativo consiste na formação de uma vontade nacional-popular no sentido de ser uma concepção unitária e crítica de mundo, de caráter material na medida em que leva as classes dominadas da população, esvaziadas de seu conteúdo de massa, dirigidas pelo moderno príncipe, ou seja, pelo partido político que deve “criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva”, à transformação da base econômica e cultural da sociedade.

A noção de que existe uma relação de forças sociais e em decorrência uma disputa real pela direção política da sociedade consiste no ponto de partida para que as classes

populares rompem com sua condição de massa. Na articulação entre os dois princípios metodológicos<sup>2</sup> extraídos do *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859, de Marx, estão localizadas as relações sociais de força, e, portanto os partidos políticos, pois são estes que “transformam” as relações sociais de força em relações políticas de força. Isto se torna expressivo se entendemos que as condições objetivas para a superação de uma formação social não geram automaticamente a transformação da antiga ordem em uma nova civilização, ou seja, existe a necessidade da criação de uma vontade coletiva nacional-popular, de uma forma política organizada para operar a transição para um outro modo de produção. Neste sentido, a construção da vontade coletiva é essencial para que as condições materiais favoráveis encontrem ação suficiente para a deflagração do processo de transformação social.

Uma vez que as condições objetivas estão dadas, o âmbito da ação política consiste nas condições subjetivas, ou seja, de direção política mediante a relação de forças. A política está no âmbito das superestruturas, da ideologia, justamente porque a tomada de consciência, ou seja, a passagem do momento meramente econômico ao político se dá por meio da ideologia (GRAMSCI, *op. cit.*: 50, v.3) e se concretiza em partido político, que neste sentido, consiste no próprio sujeito político da revolução.

Na medida em que a solidariedade restrita de grupo econômico amplia-se para a elaboração política dos interesses do grupo social com relação aos interesses do conjunto da sociedade, supera-se a situação econômico-corporativa e abre-se espaço para a formação de uma vontade coletiva. Esta elaboração política de interesses de grupo consiste na formação do partido político, como agente político capaz de sintetizar a ética e a política adequada à classe que representa. Assim, o partido é a expressão da passagem do meramente econômico à elaboração ético-política, cuja função é o equilíbrio e arbitragem entre os interesses do grupo social fundamental e os outros grupos na medida em que busca o consentimento do grupo representado, a direção dos grupos aliados e muitas vezes também dos grupos inimigos (GRAMSCI, *op. cit.*: 87, v.3).

---

<sup>2</sup> “É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (...)” (GRAMSCI, 2001, v. 3, p.36).

Em suma, o partido forma-se no momento da passagem do meramente econômico para a política, do objetivo ao subjetivo, da elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens, é, pois, o momento catártico.

“A estrutura, de força superior que esmaga o homem assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas” (GRAMSCI, *op. cit.*: 314, v.1).

O partido político, portanto, é a força permanentemente organizada, que prevê a constituição de uma ideologia e ação coletiva e que se constrói em relação dialética com a luta econômica, visto que, diante das condições objetivas propícias, se faz necessária a constituição das forças subjetivas, pois:

“O ‘automatismo’ histórico de certas premissas (a existência de certas condições objetivas) é potenciado politicamente pelos partidos e pelos homens capazes: a ausência ou deficiência (quantitativa e qualitativa) dos mesmos torna estéril o próprio ‘automatismo’ (que, portanto, não é automatismo): as premissas existem abstratamente, mas as conseqüências não se verificam porque falta o fator humano. Por isso, pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados (...)” (GRAMSCI, *op. cit.*: 85, v. 3).

Disto depreende-se que, para que o “automatismo” se efetive é necessário mais que condições objetivas propícias, faz-se necessário desenvolvimento das condições subjetivas. Essas condições subjetivas estão intrinsecamente ligadas ao elemento humano, ou seja, a existência da vontade coletiva, cuja construção depende da elaboração de dirigentes qualificados, ou seja, de intelectuais cuja formação esteja organicamente ligada ao grupo social fundamental, capazes de organizar, dirigir e educar os elementos mais ativos da massa no processo de constituição do partido. Passaremos, portanto, a tratar deste tema.

No *Caderno 12*, no primeiro parágrafo, Gramsci coloca a problemática: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, *op. cit.*: 15, v.2). O autor reconhece a realidade política da necessidade de governantes e governados (Cf. GRAMSCI, *op. cit.*: 222, v. 1), contudo, procura superá-la ao demonstrar que a concepção dos intelectuais como classe pela filosofia idealista de Croce e pela sociologia positivista das elites, cujos principais expoentes eram Mosca, Michels e Pareto, apresentava-se profundamente calcada numa ideologia política que visava conformação das massas populares. A superação destas idéias concentrava-se na força social de interação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Essa é uma questão central, justamente porque os intelectuais são peças fundamentais para a organização política das classes. Ao afirmar que as classes

populares não constituem seus próprios intelectuais, afirma-se também sua incapacidade de organização e direção.

Os intelectuais ligados a uma classe, ou pelo menos parte deles, deve ser o organizador da massa de homens, deve ter a capacidade de organizar a sociedade em geral “em todo o seu complexo organismo de serviços; até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (*idem*). O termo orgânico ou organicamente, conforme utilizado no texto gramsciano não é acidental, ele é de fato uma metáfora que indica o tipo de ligação que deve haver entre os intelectuais de um grupo e a base deste grupo para que efetivamente ocorra expansão da classe, assim, a mesma unidade dialética que deve haver entre teoria e prática na filosofia da práxis, faz-se necessária entre intelectuais e simples (Cf. GRAMSCI, *op. cit.*: 100, v.1).

A partir deste contexto é possível compreender a preocupação de Gramsci com a problemática dos intelectuais e suas consequências políticas para a construção da hegemonia dos grupos subalternos. Gramsci demonstra que o intelectual se define pela função que assume nas relações sociais internas aos grupos e entre grupos, ou seja, no “conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, *op. cit.*: 18, v.2). Por este motivo, afirma que todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais (*idem*). Em decorrência, não se pode falar de não intelectuais, pois a única distinção possível refere-se à função social da categoria profissional dos intelectuais. Assim o que existe de fato são diversos graus de atividades especificamente intelectual, pois “não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, *op. cit.*: 53, v.2). Destaca-se, portanto, o caráter ideológico da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, ideologia que sustenta a divisão entre intelectuais e massa e que mantém estas em estado de passividade e desorganização política.

Conclui-se, que o intelectual orgânico de uma classe, formado a partir das relações sociais e políticas estabelecidas no partido político entre todos os estratos que o compõe, é aquele que desempenha uma função que é essencialmente diretiva, organizativa e educativa de uma classe que ambiciona a construção da hegemonia do grupo social fundamental. Para isto, o partido deve realizar uma ligação entre os seus intelectuais orgânicos e os

intelectuais tradicionais, que estão vinculados à antiga ordem, de modo que estes últimos sejam “dirigidos” pelos intelectuais da classe inovadora. Neste sentido, para o pleno estabelecimento da hegemonia do grupo social, o partido precisa estabelecer-se como direção das classes aliadas por meio de seu consenso ativo, ao mesmo tempo em que deve conquistar o domínio sobre as classes inimigas.

### **O Partido camponês: possibilidades e limitações.**

Trataremos a seguir da organização das massas rurais. A problemática que nos é colocada por Gramsci consiste no questionamento da potencialidade política das classes subalternas do campo. Segundo este autor:

“Assim cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais ‘orgânicos’ e não ‘assimila’ nenhuma camada de intelectuais ‘tradicionais’, embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa” (GRAMSCI, *op. cit.*: 16, v.2).

Gramsci aponta para a dificuldade de organização autônoma destas classes na medida em que os intelectuais que procedem dela são “absorvidos” pelas classes dominantes e passam a ser divulgadores da cultura e da ordem vigente, isto é, tornam-se intelectuais tradicionais.

É preciso atentar para a diferença entre os intelectuais de tipo urbano, cuja formação é concomitante com a indústria e em grande medida se desenvolvem em conexão com a produção, e os intelectuais de tipo rural, que estão ligados à massa social do campo e pequeno burguesa das pequenas cidades ainda “não elaboradas e postas em movimento pelo sistema capitalista” (GRAMSCI, *op. cit.*: 22 – 23, v.2). O intelectual de tipo rural cumpre a função de colocar a massa camponesa em contato com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.), esta é, portanto, uma função política na medida em que consiste na presença do Estado nas áreas rurais onde o aparato estatal é menos extensivo. O intelectual tradicional “educa” a massa de forma a difundir valores culturais e morais desejáveis à classe dominante do campo.

Como reforço deste caráter conservador, os intelectuais rurais representam, em decorrência de seu padrão de vida superior em relação ao do camponês médio, um modelo a ser alcançado:

“no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do camponês médio e representa, por isso, para o camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode se tornar intelectual (sobretudo padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com os outros senhores” (*idem*, p.23).

Depreende-se disto que no campo existe uma profunda subordinação dos camponeses em relação aos intelectuais tradicionais já que “todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende” (*ibidem*). Isto se dá principalmente em virtude de suas condições materiais precarizadas frente a uma estrutura social muito mais cristalizada do que nas cidades. No campo as possibilidades de mobilidade social e econômica são acentuadamente menores, visto que a estrutura fundiária é mais enrijecida que a industrial. Desta forma, a estrutura fundiária e o domínio das elites “pesam” mais sobre a massa rural. Isto indica a razão pela qual os intelectuais tradicionais têm no campo seu baluarte e porque esta é a última fortaleza das crenças e superstições.

A classe dominante no campo é mais ou menos numerosa de acordo com o desenvolvimento das forças industriais e da reforma agrária nos diversos países, contudo, pode-se afirmar que a diferença fundamental entre a dominação no campo e na cidade é que na primeira comumente existe uma cisão no “ordenamento entre homens e coisas”, não se configurando num todo orgânico. Dito de outra forma, na fábrica a hegemonia da burguesia se dá também no processo de produção, as consciências são ordenadas em conexão com o trabalho, mentes e corpos são disciplinados num todo orgânico. Já no campo isto não é observado, existe a dificuldade de disciplinar o camponês pelo trabalho já que a natureza da atividade é diferente. A disciplina é, portanto, política e não econômica. As elites rurais dominam mais pela doutrinação moral e pela precarização das condições materiais de vida que propriamente pela organização do trabalho, daí o protagonismo dos padres e advogados. A função desta elite é portanto:

“impedir ‘politicamente’ o camponês cultivador de melhorar a própria existência, já que qualquer melhoramento da posição relativa do camponês seria catastrófica para sua posição social. A miséria

crônica e o trabalho prolongado do camponês, com o conseqüente embrutecimento, representam para aquele grupo uma necessidade primordial” (GRAMSCI, *op. cit.*: 63, v.3).

Por esta razão a organização autônoma do trabalho ou qualquer movimento cultural camponês que ultrapasse os limites da religião oficial sempre é duramente reprimida. A fragilidade política deste grupo consiste não apenas em sua condição de miséria econômica e cultural, mas também em virtude da dispersão territorial das famílias camponesas e na “não-homogeneidade intimamente ligada a esta dispersão” (*idem*, p.64).

Gramsci esclarece que estas condições em seu conjunto explica outras características da massa dos camponeses, como por exemplo: a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos a que aderem e a própria extravagância das ideologias algumas vezes adotadas.

Este cenário favorece uma “vontade vagarosa”, que freqüentemente necessita de um longo processo para centralizar-se organizativa e politicamente, este processo só é acelerado quando a vontade popular atende aos anseios da classe dominante:

“o processo se acelera quando a ‘vontade’ específica desse grupo coincide com a vontade e os interesses imediatos da classe alta; não só o processo se acelera, como se manifesta de imediato a ‘força militar’ dessa camada, que algumas vezes, depois de se organizar, dita as leis a classe alta, se não pelo conteúdo, pelo menos no que se refere à ‘forma’ da solução” (*idem*).

Assim, Gramsci demonstra que, após organizada, esta classe apresenta um potencial político-militar importante, contudo esta não é uma força que se sustenta a longo prazo. Em virtude da ausência de margens econômicas e da pressão que normalmente é exercida de cima para baixo no campo, o conflito assume desde logo uma forma pessoal e, portanto, de caráter transitório. Conclui-se desta forma que existe um potencial político em germe nestas classes, porém sua direção é comumente restrita, de caráter imediatista.

Por esta razão Gramsci aponta a necessidade de aliança entre as classes urbanas e rurais, à estas últimas caberia o lugar de apoio militar. Ao comentar a filosofia política de Maquiavel, afirma que:

“se as classes urbanas pretendem pôr fim à desordem interna e à anarquia externa, devem apoiar-se nos camponeses como massa, constituindo uma força armada segura e fiel de tipo inteiramente diferente das formadas por tropas mercenárias (...)” (GRAMSCI, *op. cit.*: 30, v.3).

Referindo-se ao contexto político italiano, Gramsci defende que o Partido da Ação deveria aliar-se as massas rurais camponesas para contrapor-se eficazmente aos moderados.



Esta atitude seria verdadeiramente “jacobina” na medida em que esta coligação fragmentaria a aliança entre as diversas classes rurais e que formava um bloco reacionário através das diversas camadas intelectuais clerical-legitimistas. Para isto, o Partido da Ação deveria aceitar as reivindicações elementares dos camponeses da base, tornando-as parte do novo programa de governo (Cf. GRAMSCI, *op. cit.*: 76, v.5). Assim deveria operar-se uma aliança entre as classes da cidade e do campo, sob a direção operária.

Este é um fator fundamental na organização política das massas camponesas pois, conforme diz Gramsci, se os camponeses se movimentam por impulsos “espontâneos”, os intelectuais começam a oscilar, assim, “se um grupo de intelectuais se coloca na nova base de uma política filocamponesa concreta, ele termina por arrastar consigo frações de massas cada vez mais importantes” (*idem*).

O panorama exposto acima nos leva a única conclusão possível - a organização de partidos camponeses encontra significativos entraves para se consolidar - nas palavras de Gramsci, tal organização é quase impossível:

“Pode-se dizer que é quase impossível criar partidos camponeses no sentido estrito da palavra: o partido camponês só se realiza, em geral, como forte corrente de opinião, não sob formas esquemáticas de enquadramento burocrático; contudo, até mesmo a existência apenas de um esqueleto organizativo é de imensa utilidade, seja para uma certa seleção de homens, seja para controlar os grupos intelectuais e impedir que os interesses de casta os transportem imperceptivelmente para outro terreno” (*ibidem*).

Concluimos, portanto, que o partido camponês no sentido estrito é impossível. Gramsci indica, não obstante, que uma organização embrionária que consistiria não no partido estrito senso, mas em funções de partido, como a formação de uma corrente de opinião, a seleção de homens (o que pressupõe a crítica do senso comum) e o movimento de resistência a grupos dominantes configuram uma possibilidade real de organização política das massas camponesas e esta função não é fator de pouca importância para a organização das classes subalternas.

Contudo, acreditamos que o fato de Gramsci não ser categórico com relação a este assunto, ou seja, o fato de afirmar que é “quase” impossível e não simplesmente impossível a criação do partido camponês seja significativo pelas características de análise gramscianas que sempre levam em consideração as relações concreta de forças e o contexto histórico-político peculiar de cada país. Diz o autor:

As relações entre população urbana e população rural não são de um só tipo esquemático, especialmente na Itália. É preciso, portanto, estabelecer o que se entende por ‘urbano’ e ‘rural’ na

civilização moderna e quais combinações podem resultar da permanência de formas antiquadas e retrógradas na composição geral da população, estudada do ponto de vista de sua concentração maior ou menor. “Às vezes, verifica-se o paradoxo de que um tipo rural é mais progressista do que um tipo dito urbano” (GRAMSCI, *op. cit.*: 87, v.5).

Assim, não será possível uma sentença definitiva para este assunto, mas faz-se necessária uma análise detalhada das condições particulares da relação de forças e constituição política em cada país para se alcançar a noção exata dos elementos mais progressistas e com maior potencialidade revolucionária. Só então, será possível extrair conclusões categóricas acerca da criação do partido camponês.

## **BIBLIOGRAFIA**

BIANCHI, Álvaro. *Revolução passiva: o pretérito do futuro*. Revista Crítica Marxista, São Paulo: Revan, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001,

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.